

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA)
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)
CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS - CFP/PMPA/2020
EDITAL Nº 01-CFP/PMPA/SEPLAD, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020.

JUSTIFICATIVAS PARA AS ALTERAÇÕES DO GABARITO PRELIMINAR
Prova objetiva - CFP/PMPA (sexo masculino) – código 201

Questão 12-A/9-B/16-C/11-D: A questão foi anulada por apresentar mais de uma alternativa correta. No trecho “Isso aconteceu após os militares receberem informações, por meio de denúncias anônimas, a respeito de uma dupla que estava em um veículo sem placa e que havia escondido diversos objetos roubados em uma residência próxima ao canal da Pirajá.” (linhas de 4 a 8), caso a forma verbal “aconteceu” fosse substituída por um sinônimo, a norma-padrão seria mantida em “deu-se” ou “se deu” porque, embora o pronome demonstrativo “Isso” atraia o pronome oblíquo “se” produzindo eufonia, não há consenso entre os gramáticos brasileiros acerca deste assunto. Assim, a ênclise (deu-se) e a próclise (se deu) estão corretas. Há, portanto, as duas possibilidades de uso. Dessa forma, as alternativas de resposta que indicam a substituição do termo “aconteceu” por “deu-se”, “se deu” e “deu-se ou se deu” estão corretas. BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. (Acerca da Colocação Pronominal, página 588)

Questão 14-A/11-B/8-C/16-D: O gabarito foi alterado da alternativa “D” para a alternativa “B”. Em “Ademais, pondera que se deve dar aos autores de delitos a oportunidade de responderem, perante suas vítimas, de forma significativa e de responsabilizarem-se pela reparação do dano que tenham causado.” (linhas de 11 a 14), o pronome relativo “que” exerce a função de objeto direto. Assim, a alternativa em que o termo sublinhado exerce também a função de objeto direto é “Entende que, se não se oferecem tais oportunidades, tanto os ofensores quanto as suas próximas vítimas, e a comunidade, todos pagarão um preço. (linhas de 20 a 22).” Na alternativa “A conceitualização inicial da justiça restaurativa iniciou-se na década de 1970 do século passado. (linhas 1 e 2)”, o termo em destaque é um adjunto adverbial. Nas alternativas “Ademais, pondera que se deve dar aos autores de delitos a oportunidade de responderem, perante suas vítimas, de forma significativa (linhas de 11 a 13).” e “Busca-se, com isso, uma prática eficiente, justa e significativa da justiça restaurativa e um aumento de respostas às necessidades das vítimas. (linhas de 34 a 36).”, os termos em destaque são objeto indireto e complemento nominal, respectivamente. Por fim, na alternativa “O movimento em prol da justiça restaurativa reconhece que o crime atinge a vítima, a comunidade e o autor do delito. (linhas de 6 a 8).”, o termo sublinhado exerce a função sintática de sujeito da forma verbal “atinge” e, por isso, está incorreta. Aderência ao Conteúdo Programático: Apreensão dos sentidos de um texto (Item 1); Coesão e coerência textuais (Item 2); Coesão e coerência (Item 4); O período e sua construção; o período simples e o período composto (Item 5); e A oração e seus termos (Item 9). BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. (Acerca dos Pronomes Relativos, página 171)

Questão 22-A/21-B/19-C/17-D: A questão foi anulada, pois o comando não é claro em relação ao papel dos estados e dos contribuintes na isenção do recolhimento e do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevista na Lei nº 87/1996 (Lei Kandir). No comando da questão, tem-se a seguinte frase: “Nesse caso, os estados estão isentos de pagar o...”, quando na verdade, não cabe aos estados o pagamento do imposto, mas, sim, o seu recolhimento. A Lei Kandir prevê a isenção do pagamento do ICMS sobre as exportações de produtos primários, com intuito de dar maior competitividade ao produto brasileiro no mercado internacional. Nesse sentido, a lei em referência atesta, em seu art. 32, inciso I, que “o imposto não incidirá sobre operações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, bem como sobre prestações de serviços para o exterior”.

Questão 59-A/43-B/31-C/27-D: A questão foi anulada por apresentar mais de uma alternativa correta. Observa-se que a alternativa correta apontada no gabarito oficial é “Advertência, suspensão e demissão.”, que está em acordo com o texto expresso da Lei nº 8.112/1990, art. 127, incisos I ao VI. No entanto, considerando as penalidades expressas na Lei nº 8.666/1993, art. 87, incisos I ao IV, que tratam da inexecução total ou parcial de contratos com a Administração Pública, a questão também apresenta outra alternativa correta, sendo ela: “Advertência, multa e suspensão.”

Brasília-DF, 30 de junho de 2021.

**Coordenação Pedagógica
Instituto Americano de Desenvolvimento - IADES**